



# M U N I C Í P I O D E G Ó I S

## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE ONZE DE FEVEREIRO DE 2014

---- No dia onze de fevereiro do ano de dois mil e catorze, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Góis, sob a Presidência da senhora Dr.<sup>a</sup> Maria de Lurdes de Oliveira Castanheira na qualidade de Presidente da Câmara, comparecendo os Vereadores que compõem o Executivo Camarário: Dr. Mário Barata Garcia, Dr. José Alberto Domingos Rodrigues, Eng. Diamantino Jorge Simões Garcia e Maria Helena Antunes Barata Moniz.-----

---- A reunião foi secretariada pela Assistente Técnica Andreia Rafaela Gaspar Vidal.-----

---- Depois dos presentes terem ocupado os seus lugares, a senhora Presidente declarou aberta a reunião pelas dez horas, dando início à ordem de trabalhos. ---

### **1 - ANTES DA ORDEM DO DIA-----**

#### **1.1 – FALTAS-----**

#### **1.2 – INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE -----**

#### **1.3 – INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES -----**

### **2 – ORDEM DO DIA: -----**

#### **2.1 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR-----**

#### **2.2 – EMPREENDEDORISMO NAS ESCOLAS 2014/CALENDARIZAÇÃO DAS SESSÕES-----**

#### **2.3 – 1ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL/ANO 2014 -----**

#### **2.4 – AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA RECRUTAMENTO DE TRABALHADORES -----**

#### **2.5 – PROCESSOS DE OBRAS PARTICULARES/ DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DE LICENÇAS DE CONSTRUÇÃO-----**



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

**2.6 - LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO/ PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS/COMUNICAÇÃO PERIÓDICA -----**

**2.7- RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA -----**

**2.8 – PAGAMENTOS-----**

**2.9 – REQUISIÇÕES -----**

**2.10 – LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES -----**

**2.11 – DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANFERÊNCIAS CORRENTES---**

**3 – APROVAÇÕES EM MINUTA -----**

**4- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----**

**1 - ANTES DA ORDEM DO DIA -----**

**1.1– FALTAS – Não houve. -----**

**1.2 – INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE –** A senhora Presidente

iniciou a sua intervenção, dando conta ao Executivo que foi enviada pela CIM-Região de Coimbra (CIM-RC) uma nova proposta sobre o “Documento de Orientação Estratégica 2014-2020”, a fim de ser analisada, tendo sido realizada uma reunião entre a CIM-RC e a empresa responsável pela sua elaboração, Augusto Mateus & Associados. Mais referiu, que o mesmo documento mereceu um manifesto desagrado e descontentamento particularmente das Câmaras Municipais que integravam a CIMPIN, em especial os Municípios da Beira Serra.

---- Face ao exposto, a senhora Presidente informou que foi dada a oportunidade a todas as Câmaras Municipais, de apresentarem três a cinco projetos municipais; três a cinco projetos supramunicipais; três a cinco projetos de interesse para o território da CIM-RC; três projetos que devem emanar da Administração Central, mas que são importantes para a região. Mais informou, que a Câmara Municipal de Góis tem-se debruçado sobre o assunto, e irá apresentar projetos considerados estratégicos que não diferem das propostas que a maioria Socialista apresentou ao eleitorado nas últimas Autárquicas. Referiu que as propostas irão consubstanciar-se no turismo, floresta e acessibilidades, sem esquecer os critérios do novo Quadro Comunitário 2020



## M U N I C Í P I O   D E   G Ó I S

que, para além de apostar na floresta, aposta também na empregabilidade e nos Investimentos Territoriais Integrados (ITI's). -----

---- Concluiu este assunto, informando que no próximo dia 26.02.2014 está prevista a realização de uma reunião da CIM-RC, a qual conta com a presença do senhor Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Dr. Miguel Poiares Maduro e do senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Dr. Manuel Castro Almeida. -----

---- Relativamente à Montaria Mista a senhora Presidente agradeceu a todos quantos se envolveram na realização desta iniciativa, quer aos trabalhadores do Município, quer às entidades parceiras. Deu conta que as condições atmosféricas obrigaram à suspensão da montaria, situação que foi compreendida pelos Monteiros. Referiu ainda a possibilidade de se efetuar nova montaria para o final do mês, sem encargos para os monteiros, por forma a compensar a sua vinda ao concelho de Góis. Mais referiu, ter havido um trabalho profícuo, liderado pela Eng<sup>a</sup> Helena Pedruco e pelo senhor José Nunes com o auxílio das entidades parceiras locais. -----

---- Aproveitou o momento, para agradecer a todas as entidades que integram a Comissão Municipal de Proteção Civil, pois apesar de a intempérie que se fez sentir no fim-de-semana não se assemelhar, em termos de gravidade há verificada em 19.01.2013, de facto houve um grande trabalho sobretudo por parte dos Bombeiros Voluntários de Góis no que diz respeito ao corte e remoção de árvores, bem como aos trabalhadores da Câmara Municipal que colaboraram na limpeza das estradas e remoção de barreiras. -----

---- A senhora Presidente deu conta ao Executivo que no p.p. dia 10.02.2014 o senhor Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, Dr. Francisco Gomes da Silva, reuniu com os sete Municípios que integram a Serra da Lousã. Estiveram também presentes, o senhor Prof. Doutor Carlos Fonseca da Universidade de Aveiro, o senhor Dr. Artur Torres Pereira em representação do Clube Nacional de Monteiros, a Associação dos Clubes de Caça e Pesca da Serra da Lousã, o Turismo Centro de Portugal e o Instituto de Conservação da



## M U N I C Í P I O   D E   G Ó I S

Natureza e Florestas (ICNF). A reunião teve como principal finalidade delinear um modelo de gestão para a zona nacional de caça que integra a Serra da Lousã. Mais referiu, que foi ponderada a criação de uma entidade, tipo Agência que possa ter um âmbito alargado, desde os recursos cinegéticos, aos produtos endógenos, desporto não motorizado, ou seja, que congregue uma estratégia de desenvolvimento abrangente. Deu ainda conta que não ficou nada decidido, referindo, na sua opinião, que a criação de mais uma Associação não seria necessário, nem vantajosa, pois essa entidade também teria que dar cumprimento à Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso e ao Código de Contratação Pública, o que se traduziria, conforme acontece às Câmaras Municipais, numa atrofia à sua atividade. Prosseguiu, referindo que na sua opinião seria mais vantajosa uma Associação de Direito Privado, tendo os Municípios como sócios. -----

---- Relembrou todo o processo que envolveu a criação da CERVUS, entidade que obrigou a deliberações dos Executivos e das Assembleias Municipais aquando da sua constituição, desconhecendo-se as verdadeiras razões do processo se encontrar suspenso. Acrescentou que no seu entendimento quer a CERVUS quer a própria Lousitânea, podiam ser entidades candidatas à gestão dos recursos endógenos da Serra da Lousã. Terminou o presente assunto, informando que na reunião tida com o senhor Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, Dr. Francisco Gomes da Silva, houve um apelo ao entendimento entre Municípios e entidades privadas no sentido de serem encontradas as melhores soluções, tendo ficado decidido um novo encontro de trabalho com as setes Câmaras (Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Pedrogão Grande, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos e Penela), para a primeira semana de março, em Góis. -----

---- Prosseguiu a sua intervenção, informando que por solicitação do Município, realizou-se uma reunião na CCDRC, no p.p. 30.01.2014, na qual foi analisada a possibilidade de candidatar ao MAISCENTRO, a empreitada relativa à circular externa de Carvalhal dos Pombos, bem como a empreitada relativa à



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

pavimentação e aquisição de mobiliário urbano para o projeto da Aldeia Loral. Informou que a Câmara Municipal, vai apresentar estes dois projetos no âmbito das “Candidaturas em Regime de Aprovação Condicionadas em Overbooking para Investimentos de Iniciativa Municipal.” -----

---- Esclareceu todo o executivo de que o investimento para conclusão dos espaços públicos da Aldeia do Loral foi objeto de candidatura e respetiva aprovação por parte do PRODER, Medida 3, cuja entidade gestora é a ADIBER. O que se pretende é eventualmente abdicar do contrato de financiamento da ADIBER/PRODER porquanto se fôr aprovado o investimento pelo MAISCENTRO, a taxa de comparticipação é mais elevada o que se traduziria num considerável benefício para a Câmara Municipal, enquanto entidade promotora do projeto relativo aos espaços públicos. -----

---- A senhora Presidente informou que, para além das questões financeiras, as candidaturas serão aceites e analisadas por ordem de registo de entrada (submetidas na plataforma) tendo já alertado os técnicos que as mesmas têm data limite de submissão até 31 de março. -----

---- A senhora Presidente informou que no próximo dia 21.02.2014, pelas 22 horas irá ser reaberta a Casa da Cultura de Góis, com a peça de teatro de revista intitulado “*Vou Já Bazar Daqui*”, informando que a entrada é gratuita, mas que será necessário proceder á reserva dos bilhetes junto do Posto de Turismo de Góis. Referiu que será com esta peça que se irá testar todo o equipamento que faz parte integrante da última empreitada. -----

---- A Câmara tomou conhecimento. -----

**1.2.1 -MOÇÃO/ “NO COMBATE AO CANCRO, TODOS SOMOS POUCOS EM DEFESA DOS DOENTES ONCOLÓGICOS”** - A senhora Presidente apresentou uma proposta de Moção, remetida e já aprovada pelo Município de Elvas, a qual repudia o teor do Despacho nº 13877-A/2013, do senhor Secretário de Estado da Saúde, publicado em Diário da República a 30 de outubro do ano 2013. -----

---- A senhora Presidente informou que o Despacho em causa visa limitar o pedido de Autorização Excecional para uso de terapêuticas inovadoras aos



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

designados Centros Especializados para Utilização Excepcional de Medicamentos (CEUEM). A referida limitação abrange os tratamentos para doenças oncológicas e limita os CEUEM a três unidades: o IPO's de Lisboa, Coimbra e Porto, para além de impor o acesso restrito de medicamentos para tratamento de doenças oncológicas, o que se traduz inequivocamente em implicações graves para as populações.-----

---- Após leitura da proposta de Moção, que se constitui como o Anexo I da presente Ata, a Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, anuir à proposta apresentada pela senhora Presidente da Câmara.-----

---- Mais deliberou, por unanimidade remeter o presente assunto à Assembleia Municipal, para deliberação. -----

**1.3 – INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES** – Usou da palavra o senhor Vereador, Eng<sup>o</sup> Diamantino Jorge Simões Garcia referindo que, enquanto espectador assíduo da equipa sénior de futebol da Associação Educativa e Recreativa de Góis e, por isso, frequente utilizador do Campo de Futebol Eng<sup>o</sup> Augusto Nogueira Pereira, deu conta, que apesar de esta infraestrutura ser agradável e se ter tornado um ponto de convívio para os Goienses, considera existirem lacunas no que diz respeito à funcionalidade de atividades de apoio ao Campo de Futebol Eng<sup>o</sup> Augusto Nogueira Pereira, onde ressalva a falta do bar de apoio e a falta de condições das bilheteiras. Concluiu a sua intervenção questionando se estão a ser tomadas diligências sobre esta matéria.-----

---- A senhora Presidente referiu que sobre a infra-estrutura desportiva Campo de Futebol Eng<sup>o</sup> Augusto Nogueira Pereira, foi um investimento considerável, não só para a Câmara Municipal, mas para todos os contribuintes. Lamentou não terem sido consideradas as acessibilidades para pessoas portadoras de mobilidade reduzida, aquando da aprovação do projeto de arquitetura, com um claro prejuízo para a Câmara Municipal, pois agora está a resolver-se essa situação com o recurso a obras por administração directa e totalmente suportadas pelo orçamento municipal. -----



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

---- Mais referiu que se impõe cada vez mais um maior sentido de responsabilidade por parte de todos os envolvidos nos investimentos municipais. Impõe-se igualmente um maior profissionalismo e sentido de serviço público.-----

---- Continuou, informando que neste momento decorre um prazo para dar cumprimento aos requisitos exigidos pelo POVT, com vista a homologação do relvado sintético de acordo com os parâmetros emanados pela FIFA. Deu ainda conta que irão ser realizados testes laboratoriais ao relvado sintético, situação que tem vindo a ser sistematicamente adiada devido às condições meteorológicas.-----

---- No que diz respeito ao bar de apoio e bilheteira, a senhora Presidente referiu ser uma intervenção que poderá ser acautelada durante o ano 2014, desde que haja meios financeiros.-----

---- Ainda sobre o Campo de Futebol Eng<sup>o</sup> Augusto Nogueira Pereira, a senhora Presidente referiu que é prioridade encerrar a empreitada, financiada pelo POVT porquanto estão ainda valores financeiros em falta.-----

---- Interveio o senhor Vice-Presidente, Dr. Mário Barata Garcia, dando conta que devido ao mau tempo que se fez sentir, a Câmara Municipal tem vindo a receber pedidos de ajuda para várias situações que estão acontecer, sobretudo o desmoronamento de barreiras e muros privados, que põem em causa a segurança na via pública e a circulação nas vias rodoviárias. Mais referiu que a intervenção da Câmara Municipal tem sido a de repor a normalidade na circulação das vias. No entanto, têm surgido solicitações sobre a possibilidade do Município apoiar na requalificação dos muros caídos. Referiu ser este um assunto que deverá ser refletido por todos, dando conta de várias situações que ocorreram no Concelho, sobretudo na zona afetada pelo incêndio florestal do passado dia 20 e 21 de agosto de 2013, onde um muro que caiu levou também ao desmoronamento de um anexo.-----

---- Prosseguiu, dando conta que existe efectivamente cada vez mais despesa orçamento, e que por vezes, é necessário fazer opções. Referiu que este inverno está a trazer alguns problemas, e por isso existem muitos munícipes a solicitar



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

ajuda. Mais referiu que neste momento está a ser efetuado um levantamento pelos técnicos para verificar as situações mais graves, de forma a ser verificado a possibilidade de se recorrer a um fundo nacional de calamidades, para fazer face às despesas acrescidas que ninguém contava. -----

---- A senhora Presidente referiu que dentro das suas competências, poderá ser presente ao Executivo uma proposta concreta para responder a estes pedidos de ajuda, pois as famílias cada vez ganham menos e face a estes imprevistos, torna-se muito difícil resolver estas situações. Mais referiu que a Câmara Municipal continuará a dar apoio técnico, sendo no entanto, necessário definir prioridades. -----

---- Interveio o senhor Vereador Dr. José Alberto Domingos Rodrigues, referindo que tem sido constantemente verificado que muros e barreiras caídas nas vias rodoviárias, provocado pelo mau tempo que se faz sentir, criando alguns constrangimentos à população, sendo necessário dar um apoio técnico e/ou financeiro para o efeito. Mais referiu, que as próprias infra-estruturas da Câmara Municipal foram igualmente danificadas devido ao temporal. -----

---- A Câmara tomou conhecimento. -----

### **2 – ORDEM DO DIA: -----**

**2.1 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR** - De acordo com o determinado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro no seu artigo 57º, a Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a ata da reunião realizada no dia vinte e oito de janeiro de dois mil e catorze, sendo assinada pela senhora Presidente e por quem a lavrou.-----

**2.2 – EMPREENDEDORISMO NAS ESCOLAS 2014/CALENDARIZAÇÃO DAS SESSÕES** – Foi presente a informação nº 41/2014, datada de 20-01-2014, do Serviço de Apoio ao Desenvolvimento Local, relativa à calendarização de sessões do projeto “Empreendedorismo nas Escolas 2014.” -----

---- Dada a palavra ao senhor Vereador Dr. José Alberto Domingos Rodrigues, referiu que esta será a terceira sessão de Empreendedorismo que irá



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

desenvolver-se no concelho, sendo que este ano será dirigida às turmas do 8º ano do Agrupamento de Escolas de Góis. -----

---- Referiu ainda que o grupo de trabalho é constituído pelo senhor Miguel Mourão, do Serviço de Apoio ao Desenvolvimento Local, da Câmara Municipal de Góis, em parceria com a ADIBER, nomeadamente pelas técnicas Dra. Vera Duarte e as técnicas do CLDS, Dra. Raquel Mendes e Dra. Sofia Eliseu. -----

---- O senhor Vereador Dr. José Alberto Domingos Rodrigues agradeceu ao Agrupamento de Escolas de Góis, na pessoa da senhora Diretora, Prof.ª Cristina Martins, pela disponibilidade em auxiliar este projeto, assim como ao senhor Presidente da Direção da ADIBER, Dr. Miguel Ventura, pelo apoio prestado a mais esta iniciativa. -----

---- Mais referiu que ao longo do projeto, irão decorrer várias sessões que vão permitir aos jovens estudantes estabelecer um contacto com a realidade empresarial, sendo que o projeto irá culminar a nível concelhio, com uma apresentação por parte dos alunos, no dia 29/04/2014 na Biblioteca Municipal. Referiu, igualmente que ao nível da região este projeto irá culminar com um Concurso Intermunicipal de Ideias, em data e local a definir. -----

---- A senhora Presidente concluiu este assunto agradecendo a todos os envolvidos neste projeto, o qual será certamente um êxito. -----

---- A Câmara tomou conhecimento. -----

**2.3 – 1ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL/ANO 2014** - A senhora Presidente referiu que como é do conhecimento do Executivo por deliberação da Assembleia Municipal de 27.12.13, foi aprovado o Mapa de Pessoal em vigor, que produziu efeitos a partir de 01.01.14, de acordo com o previsto na Lei nº12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 54-A/2008, de 31 de dezembro; 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro; 55-A/2010, de 31 de dezembro; 64-A/2011, de 30 de dezembro; 66/2012, de 31 de dezembro e 66-B/2012, de 31 de dezembro, pelo Decreto-lei nº 47/2013, de 5 de abril e pela Lei nº 80/2013, de 27 de novembro. -----



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

---- Prosseguiu, dando conta da finalidade da presente proposta de alteração ao Mapa de Pessoal do ano 2014, a qual constitui o Anexo II da presente Ata. -----

---- Interveio o senhor Vereador Eng<sup>o</sup> Diamantino Jorge Simões Garcia, referindo que entre a aprovação do Mapa de Pessoal ocorrida em dezembro de 2013 e a presente proposta de alteração ao documento, passou muito pouco tempo. Referiu ainda que, na última Reunião do Executivo, quando foi discutida a prorrogação das mobilidades internas, questionou sobre a prorrogação das mesmas, dando conta da sua vontade para que estas situações fossem resolvidas definitivamente. Mais referiu, não entender as razões pelas quais não foram incluídos todos os trabalhadores em regime de mobilidade interna, e terem sido contemplados trabalhadores que não estão nessa situação. -----

---- Questionou ainda, face às restrições do Orçamento de Estado (OE) de 2014 em vigor, se seria permitido fazer estas contratações, não pondo em causa o cumprimento da redução de 2% obrigatória no Mapa de Pessoal, e ainda a redução de 50% de trabalhadores a termo resolutivo certo, exigidos pelo OE de 2013. -----

---- A senhora Presidente referiu, que de acordo com as informações prestadas pela senhora Dr.<sup>a</sup> Sara Mendes, Chefe de Divisão de Administração e Gestão (DAG), a presente proposta de alteração ao Mapa de Pessoal, acautela o cumprimento da redução de trabalhadores prevista no OE de 2014 -----

---- Referiu ainda, que a proposta de alteração surge, pouco tempo depois da aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2014, uma vez que em dezembro de 2013, era impossível acautelar esta situação. Referiu que apenas em 01.01.2014, com a entrada em vigor do OE, se verificou ser possível mobilidades internas nas modalidades intercarreiras e intercategorias com a alteração do nível remuneratório. Contrariamente ao que o senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia afirmou “ser o adiar de um problema”, entende que a situação de mobilidade interna, pelo contrário, permite às famílias ter um pequeno acréscimo no seu orçamento familiar. Mais referiu que as situações dos trabalhadores em mobilidade interna são para resolver, durante o ano de 2014, desde que para tal



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

estejam todas as condições reunidas. Acrescentou que, em matéria de orçamentação da despesa, foram acutelados os valores destinados a este mesmo fim, aquando da aprovação do documento em dezembro de 2013.-----

---- Referiu ainda, que não há nenhum prejuízo para os trabalhadores que se encontram em situação de mobilidade interna, porquanto auferem do mesmo vencimento como se estivessem em situação definitiva, exceto no caso dos técnicos superiores, que por imposição legal, encontram-se posicionados no 1º nível remuneratório em vez de auferirem um vencimento equivalente ao 2º nível remuneratório.-----

---- Prosseguiu, referindo que no caso dos encarregados operacionais, os mesmos terão que permanecer em mobilidade interna, dado que o OE de 2014, interdita a abertura de procedimentos concursais para categorias superiores às das carreiras pluricategoriais.-----

---- Continuou, dando conta que dos seis lugares que se propõe criar no Mapa de Pessoal do ano de 2014, que apenas o lugar de técnico superior não está incluído nas situações de mobilidade interna. Mais referiu, que este posto de trabalho está afeto ao Núcleo de Desenvolvimento Social, Cultural e Económico, por forma a colmatar a carência de recursos humanos na área da Ação Social, face ao volume de trabalho que se verifica. -----

---- Face ao exposto, a senhora Presidente propôs ao Executivo, que ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, delibere propor à Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea o) do nº1 do artigo 25º do mesmo diploma legal e do nº3 do artigo 5º da Lei nº12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, 66/2012, de 31 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei nº47/2013, de 5 de abril e pela Lei nº80/2013, de 27 de novembro, conjugado com o artigo 3º do Decreto-Lei nº209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis nºs 3-B/2010, de 28 de abril,



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

66/2012, de 31 de dezembro e 80/2013, de 28 de novembro, a aprovação da 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2014-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2014.-----

--- Mais deliberou por unanimidade submeter o presente assunto à Assembleia Municipal para deliberação.-----

### **2.4 - AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA RECRUTAMENTO DE TRABALHADORES-**

A senhora Presidente informou que de acordo com o previsto no artigo 64º da Lei nº83-C/2013, de 31 de dezembro - Orçamento do Estado de 2014 (OE/2014), as Autarquias Locais não podem proceder à abertura de procedimentos concursais com vista à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, determinado ou determinável, destinados a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, salvo se, de forma devidamente fundamentada, o Órgão Deliberativo, sob proposta do respetivo Órgão Executivo, delibere autorizar a abertura dos procedimentos concursais, fixando, caso a caso, o número máximo de trabalhadores a recrutar, e desde que se verifiquem, cumulativamente, os requisitos previstos no nº2 do referido artigo: -----

---- 1. Seja imprescindível o recrutamento, tendo em vista assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas e ponderada a carência dos recursos humanos no setor de atividade a que aquele se destina, bem como a evolução global dos recursos humanos na autarquia em causa;-----

---- 2. Impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa por trabalhadores com relação jurídica de emprego público previamente constituída, ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou outros instrumentos de mobilidade;-----

---- 3. Demonstração de que os encargos com os recrutamentos em causa estão previstos nos orçamentos dos serviços a que respeitam;-----



## M U N I C Í P I O   D E   G Ó I S

---- 4. Cumprimento, pontual e integral, dos deveres de informação previstos na Lei nº57/2011, de 28 de novembro (Sistema de Informação da Organização do Estado);-----

---- 5. Demonstração do cumprimento das medidas de redução mínima de trabalhadores estabelecidas, considerando o número de trabalhadores em causa no termo do ano anterior. -----

---- Neste sentido, a senhora Presidente propôs que o Executivo Municipal aprove e remeta à Assembleia Municipal o presente assunto, para efeitos de autorização de abertura de procedimento concursal para o recrutamento de: -----

---- a) Um (1) Técnico Superior (Higiene e Segurança no Trabalho) com recurso à constituição de uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado a afetar ao Serviço de Recursos Humanos e Informáticos da Divisão de Administração e Gestão, com as funções descritas no documento anexo ao Mapa de Pessoal de 2014 - “Caracterização dos postos de trabalho” - referenciada como “Atividade 10”.-----

---- b) Um (1) Técnico superior (Comunicação Empresarial) com recurso à constituição de uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado a afetar ao Serviço de Apoio ao Desenvolvimento Local do Núcleo de Desenvolvimento Social, Cultural e Económico, com as funções descritas no documento anexo ao Mapa de Pessoal de 2014 (atualizado) “Caracterização dos postos de trabalho” referenciada como “Atividade 72”.-----

---- c) Dois (2) Assistentes Operacionais (Auxiliares) com recurso à constituição de uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado a afetar aos Serviços Financeiros da Divisão de Administração e Gestão, com as funções descritas no documento anexo ao Mapa de Pessoal de 2014 (atualizado) “Caracterização dos postos de trabalho” referenciada como “Atividade 9”.-----

---- d) Dois (2) Assistentes Operacionais (Auxiliares) com recurso à constituição de uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado afetos ao Serviço de Turismo e Ação Cultural do Núcleo de Desenvolvimento Social, Cultural e Económico, com as funções descritas no documento anexo ao Mapa



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

de Pessoal de 2014 (atualizado) “Caracterização dos postos de trabalho” referenciada como “Atividade 68”. -----

---- e) Três (3) Assistentes operacionais (Nadadores salvadores) com recurso à constituição de uma relação jurídica de emprego público por tempo determinado (atividade sazonal) a afetar ao Serviço de Turismo e Ação Social do Núcleo de Desenvolvimento Social, Cultural e Económico (NDCSE), com as funções descritas no documento anexo ao Mapa de Pessoal de 2014 “Caracterização dos postos de trabalho” referenciada como “Atividade 70”. -----

---- Prosseguiu, referindo que para a tomada de decisão e em cumprimento com o disposto no nº2 do artigo 64º do OE/2014, os cinco requisitos cumulativos exigidos são cumpridos, conforme descrito na proposta que se constitui como Anexo III da presente ata. -----

---- Terminou, referindo que a presente proposta de abertura de procedimentos concursais assenta em reais necessidades do serviço e visa colmatar carências que se verificam ao nível dos recursos humanos do Município, de forma temporária e permanente. -----

---- O senhor Vereador Eng.º Diamantino Jorge Simões Garcia referiu que o sentido de voto dos Vereadores eleitos pelo Grupo de Cidadãos Independentes por Góis vai recair na abstenção pelo facto de entenderem subsistirem dúvidas sobre a legalidade do procedimento, face aos constrangimentos do OE de 2014.-

---- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com abstenção dos Vereadores eleitos pelo Grupo de Cidadãos Independentes por Góis, emitir parecer favorável à abertura de procedimentos concursais para recrutamento de trabalhadores, conforme referenciado nas alíneas a), b), c), d) e e).-----

---- Mais deliberou por unanimidade submeter o presente assunto à Assembleia Municipal para deliberação. -----

**2.5 – PROCESSOS DE OBRAS PARTICULARES/ DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DE LICENÇAS DE CONSTRUÇÃO** - Foi presente a informação do Coordenador Técnico, senhor Paulo Rosa, datada de 06.02.2014, relativa à



## M U N I C Í P I O   D E   G Ó I S

caducidade de licenças de construção referente aos seguintes processos de obras particulares: -----

---- a) Processo nº 55/2008 – pertencente a Fernando Almeida Cortez -----

---- b) Processo nº 06/2011 – pertencente a Carlos Oliveira Cortez -----

---- c) Processo nº 41/2008 – pertencente a Alcindo Rodrigues Neves -----

---- A senhora Presidente referiu que segundo informação dos serviços, é competência do Executivo pronunciar-se sobre a caducidade das licenças, bem como se trata também de uma recomendação da ação inspetiva ocorrida no Município no ano de 2010. Referiu, que por se tratar de um assunto bastante delicado, deve o Executivo, antes de tomar qualquer posição, ter em conta as dificuldades financeiras de muitas famílias e empresas, fruto da conjuntura económica que o país atravessa, pelo que propôs que devem ser esgotados todos os procedimentos legais a favor do requerente, antes de ser tomada qualquer posição sobre o mesmo. -----

---- Mais referiu, que este processo é semelhante aos analisados em anterior Reunião do Executivo, pelo que sugeriu que o procedimento a tomar pelo Executivo seja o mesmo dos que já foram objeto de análise, sugerindo que seria oportuno solicitar parecer jurídico externo, a fim de percebermos se efetivamente será legal podermos alegar a situação financeira e económica das famílias e empresas, a fim de que não seja declarada a caducidade da licença em apreço, e, para que o Executivo delibere em conformidade com a Lei. -----

---- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade anuir à proposta apresentada pela senhora Presidente. -----

### **2.6 - LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO/ PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS/COMUNICAÇÃO PERIÓDICA** - A senhora Presidente informou

que na sequência das deliberações tomadas pela Assembleia Municipal nas sessões ordinárias de 27.12.2012 e 27.12.2013 relativamente ao assunto em epígrafe, ficou determinado que em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal, deverá ser presente uma informação na qual constem os



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da referida autorização prévia genérica. Neste sentido, deu conhecimento dos compromissos plurianuais assumidos entre 01.12.2013 e 31.01.2014, cuja cópia do documento constitui o Anexo IV da presente Ata.-----

---- De acordo com o estabelecido na alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº8/2012, de 21 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 20/2012, de 14 de maio, 64/2012, de 20 de dezembro e 66-B/2012, de 31 de dezembro e ainda em cumprimento com as disposições constantes nas Autorizações Prévias Genéricas para a Assunção de Compromissos aprovadas pela Assembleia Municipal em 27.12.2012 e 27.12.2013, a senhora Presidente propôs que o presente assunto fosse remetido à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.-----

---- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade remeter o presente assunto à Assembleia Municipal para conhecimento.-----

**2.7- RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA** - A Câmara tomou conhecimento do total de movimentos da tesouraria, do dia dez de fevereiro do ano em curso, no montante de um milhão, trezentos e quarenta e sete, quatrocentos e cinquenta e nove euros e noventa e sete cêntimos.-----

**2.8 – PAGAMENTOS** - A Câmara tomou conhecimento dos pagamentos, relativos ao ano de dois mil e catorze, constantes nas ordens número oitenta e sete à cento e oitenta, no montante de duzentos e quarenta e quatro mil, setecentos e setenta e um euro e noventa e seis cêntimos.-----

**2.9 – REQUISIÇÕES** - A Câmara tomou conhecimento das requisições emitidas desde a última reunião até à presente data. -----

**2.10 – LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES-** A Câmara tomou conhecimento de que foram emitidas as seguintes licenças de obras particulares:

---- a) Número cinco, requerida por João Carlos de Oliveira Sousa da Silva Luís, Cortes – Alvares; -----

---- b) Número seis, requerida por Dia Portugal Supermercados, Sociedade Unipessoal, Lda. – Av. dos Combatentes do Ultramar- Góis. -----



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

---- c) Número sete, requerida por Telmo Alberto Soares Rosário, Cabreira – União das Freguesias de Cadafaz e Colmeal. -----

---- d) Número oito, requerida por Nuno Alexandre de Oliveira Henriques, Av. Comissão de Melhoramentos, Cabreira - União das Freguesias de Cadafaz e Colmeal. -----

---- A Câmara tomou igualmente conhecimento de que foi emitida a seguinte licença de autorização de utilização:-----

---- a) Número um, requerida por José Joaquim Santos, “chão de Frade” – Monteiro – Vila Nova do Ceira. -----

### **2.11 – DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANFERÊNCIAS CORRENTES -**

A senhora Presidente levou ao conhecimento do Executivo, o documento interno de transferências correntes, datado do dia onze de fevereiro do ano em curso. ---

---- A senhora Presidente informou ainda, não existirem fundos disponíveis suficientes para assumir os compromissos decorrentes das restantes transferências, de forma a dar-se pleno cumprimento ao disposto no artigo 5º da Lei nº8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso).-----

---- Interveio o senhor Engº Diamantino Jorge Simões Garcia referindo que na sua opinião não se poderia fazer pagamentos não havendo fundos disponíveis. No entanto, se estivesse na posição da senhora Presidente também arriscaria. Referiu que, enquanto Vereador da Oposição, não é agradável desvincularem-se dessa situação. Concluiu, dando conta que não entende como é que se antecipam receitas, e não há fundos. -----

---- A senhora Presidente concluiu, que em resposta ao pedido feito no ano 2013 pelos senhores Vereadores eleitos pelo Grupo de Cidadãos Independentes por Góis, será agendada para o próximo dia 14.02.2014, sexta-feira, uma reunião entre o Executivo, a Chefia da DAG e a Técnica Superior Liliana Serra, para prestar todos os esclarecimentos sobre o cálculo dos Fundos Disponíveis ao abrigo da LCPA.. -----



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

---- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com duas abstenções dos senhores Vereadores eleitos pelo Grupo de Cidadãos Independentes por Góis, aprovar as transferências correntes, no montante de quatro mil, setecentos e cinquenta euros, cujo documento constitui o Anexo V da presente Ata. -----

**3 - APROVAÇÕES EM MINUTA - ATA DA REUNIÃO ANTERIOR/ 1ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL/ANO 2014/ AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA RECRUTAMENTO DE TRABALHADORES/ PROCESSOS DE OBRAS PARTICULARES/ DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DE LICENÇAS DE CONSTRUÇÃO/ LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO/ PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS/COMUNICAÇÃO PERIÓDICA/ DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANFERÊNCIAS CORRENTES -----**

**4- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Usou da palavra o senhor professor José Albuquerque Moreira Ângelo o qual começou por cumprimentar todo o Executivo. Mais referiu, que uma vez abordado o assunto relativo à extensão de saúde da localidade de Ponte do Sótão, deu conta do que se passava com a mesma: inicialmente funcionava três vezes por semana, com uma administrativa, um (a) médico(a) e um(a) enfermeiro(a); entretanto passou apenas a deslocar-se a administrativa e um (a) médico (a); e depois a não aparecer ninguém. Para espanto da população, pela positiva, e porque algo decerto aconteceu, verificou-se que a extensão de saúde da Ponte do Sótão retomou o seu funcionamento nas mesmas condições em que funcionava inicialmente, agradecendo a quem teve a iniciativa para o fazer. -----

---- Concluiu a sua intervenção, agradecendo à Câmara Municipal, na pessoa da senhora Presidente, a medalha de mérito atribuída na reunião de 12.11.2013, pelo reconhecimento do trabalho desenvolvido neste Concelho no âmbito da Educação. -----



## M U N I C Í P I O   D E   G Ó I S

----E não havendo outros assuntos a tratar, a senhora Presidente declarou encerrada a reunião pelas treze horas e vinte minutos, da qual para constar se lavrou a presente Ata, sob a responsabilidade da Secretária. -----

A Presidente da Câmara Municipal,

A Secretária,

---

---